



CMSRC	
PROC.:	074 / 2023
FLS.:	01
RESP.:	PP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF. N° 059/2023 GP/PMSRC

São Roque do Canaã/ES, 07 de março de 2023.

Ao

Excelentíssimo Senhor,

João Carlos Valadão

Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã – ES.

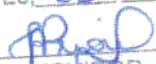
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Temos a honra de nos dirigir a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos nobres membros dessa Casa Legislativa, para submeter ao exame dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei, em regime de Urgência Especial, que altera a **Lei Complementar N.º 01/2021**.

Na oportunidade reiteramos as expressões do nosso elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,


MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

P R O T O C O L O	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
	SÃO ROQUE DO CANAÃ-ES	
	N.º 071/2023	FLS.: 231 LIVRO: 03
	S. R. DO CANAÃ-ES, 09 / 03 / 20 23	
	 SERVIDOR	



CMSRC
PROC.: 071 / 2023
FLS.: 02
ASS.: JP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001 / 2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 01/2021.

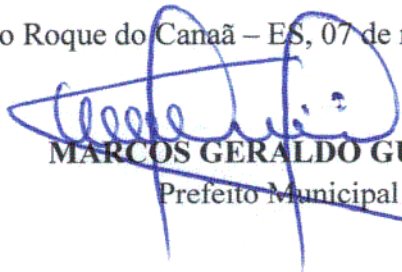
O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

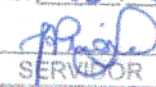
Art. 1º. O artigo 296 da Lei Complementar n.º 01, de 16 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 296.** As empresas cuja atividade seja de serviços contábeis, optantes pelo simples nacional, deverão recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN fixo mensal, no valor de 25 VRTE's, conforme dispõe o parágrafo 22-A do Art. 18 da Lei Complementar 123/2006, exceto aquelas que desenvolverem atividades em caráter empresarial.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Roque do Canaã – ES, 07 de março de 2023


MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

P R O T O C O L O	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
	SÃO ROQUE DO CANAÃ-ES		
	N.º 071/2023	FLS.: 234	LIVRO: 03
	S. R. DO CANAÃ-ES, 09 / 03 / 20 23		
	 SERVIDOR		



CMSRC	
PROC.: 071	/2023
FLS: 03	
ASS: JP	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM Nº 002/2023

Exmo. Sr.

JOÃO CARLOS VALADÃO

Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã – ES.

São Roque do Canaã – ES

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, é com satisfação que nos dirigimos a esta Casa de Leis, para encaminhar através de Vossa Excelência, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, o incluso Projeto de Lei, que **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2021**.

Seguindo as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, em especial ao parágrafo único do seu art. 26, conforme transcrição abaixo, propomos a alteração do valor de referência do ISSQN fixo para as empresas prestadoras de serviços contábeis, com objetivo de promover a justiça fiscal:

Art. 26.

Parágrafo único. As alterações na legislação tributária municipal deverão constituir objeto de projetos de lei acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes a ser enviado à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal.

Ao inserir o valor do tributo no Art. 296 da Lei Complementar de 2021, este valor atualizado ficou muito acima das correções inflacionárias do período, pois quando da instituição do tributo em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, o ISSQN fixo equivalia a pouco mais de 24 VRTEs mensais, e como o valor de referência já precede de correções anuais, a adoção de correção além desta já prevista não se faria necessária.

Não obstante, em verificação aos municípios da região, observa - se que o tributo desta atividade no Município de São Roque do Canaã é um dos mais elevado, o que poderia prejudicar as empresas existentes e futuras.

Por tudo exposto, convicção temos de que a presente proposição será alvo da inteira guarida de parte dos ínclitos edis que integram essa colenda Casa Legislativa, pelo que desde já agradecemos, ao tempo em que reafirmamos protestos de elevadas estima e consideração.

Atenciosamente,

MARCOS GERALDO GUERRA

Prefeito Municipal



CMSRC	
PROC.:	071 / 2023
FLS.:	04
RES.:	JP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do artigo 14, que trata da renúncia de receita, estabelece que a concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois subsequentes: atender o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e ao menos uma das seguintes condições: a) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; b) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, na íntegra temos:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.



CMSRC
PROC.: 071 / 2023
FLS.: 05
ASS: JP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para a metodologia do Impacto orçamentário financeiro com a alteração proposta, levou-se em consideração o número de contribuintes que se utilizaram do pagamento do ISSQN fixo no último exercício financeiro, conforme autorizado pelo Art. 18, § 22-b, da Lei Complementar Federal 123/2006. Demonstrando abaixo o valor da renúncia para o exercício de 2023 e os dois seguintes, sendo considerado uma projeção de ajuste na VRTE (valor de referência do tesouro estadual) de acordo com a inflação prevista para o período conforme, boletim do Banco Central do Brasil em 02/12/2022:

Valor da Renúncia

2023	2024	2025
R\$ 3.846,48	R\$ 4.041,88	R\$ 4.183,35

De modo semelhante, projetou-se a receita corrente para os exercícios, levando em consideração os efeitos qualitativos e quantitativos, demonstrando o impacto representado:

Representação sobre a RCL			
	2023 - Loa 2023	2024 - Projetada	2025 - Projetada
RCL	R\$ 44.821.018,93	R\$ 47.434.084,33	R\$ 49.905.400,13
Renúncia	R\$ 3.846,48	R\$ 4.041,88	R\$ 4.183,35
%	0,00858	0,00852	0,00838

Observando com zelo as exigências do art. 14 da LRF, no que tange a preservação das metas fiscais e de satisfatória previsão orçamentária dos tributários, em atendimento às premissas do art. 12 da LRF, temos que o valor referente a renúncia proposta, foi considerado na estimativa da receita e que faz parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias em anexo a Estimativa E Compensação Da Renúncia Da Receita, como segue:

MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2023	2024	2025	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Inscrição	BAIXA RENDA	20.000,00	20.000,00	20.000,00	O VALOR REFERENTE A RENÚNCIA NÃO SERÁ COMPUTADO NA PREVISÃO DE ARRECADACÃO PARA OS EXERCÍCIOS.
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Absorção de imposto ou modificação de base de cálculo	Serviços	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
Total			24.000,00	24.000,00	24.000,00	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretária Municipal De Finanças, Emissão: 29/10/2022 às 12:51:48

MARCO GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

LEANDRO FADINI
Secretário Municipal de Finanças e Fazenda

Rua Lourenço Roldi, 88 – São Roquinho - São Roque do Canaã - ES - CEP: 29.665-000
CNPJ: 01.612.865/0001-71 - Tel. (27) 3729-1300.



CMSRC	
PROC.:	071 / 2023
FLS.:	06
RESP.:	JP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ainda, de forma inequívoca, para garantir que os valores remidos não impactarão a receita tributária, temos que: Para o exercício de 2023, onde entrará em vigor os benefícios desta Lei, o Ente terá um aumento na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), advindo da entrada em aplicação do Art. 90 do Código Tributário Municipal, alterado pela Lei Complementar nº 02 de 2022, que reduziu o percentual de dedução da base de cálculo para apuração do ISSQN para os serviços dos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante da Tabela I do Anexo I do referido código, o que potencialmente promoverá um significativo aumento na arrecadação do imposto em tela.

Com as considerações acima, seja pelo valor pouco expressivo da renúncia, seja por ela já ter sido considerada na LDO de 2023 e ainda por demonstrar a compensação na arrecadação do ISSQN através da majoração da base de cálculo trazida pela alteração do art. 90 da Lei Complementar 01 de 2021, resta comprovado que a renúncia proposta não afetará as Metas Fiscais e a organização financeira do Ente.

São Roque do Canaã – ES, 07 de março de 2023

Leandro Fadini
Secretário Municipal de Finanças e Fazenda